

SINDSEP-AM



Janeiro de 2024

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO AMAZONAS

REAJUSTE SALARIAL **ZERO** EM 2024 É **INSANO**, CRITICA SINDSEP-AM



Os servidores públicos federais estão extremamente insatisfeitos com a proposta apresentada pelo governo na última reunião do ano de 2023 da Mesa Nacional de Negociação Permanente, em 18 de dezembro: aumentar os benefícios, mas não os salários da categoria em 2024. O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) justificou que as “restrições orçamentárias” impedem avanços, resultando em um reajuste salarial zero para a categoria.

A proposta do governo é elevar o auxílio-alimentação de R\$ 658 para R\$ 1 mil a partir de maio do ano que vem, equiparando o benefício do Executivo aos dos demais poderes (Legislativo e Judiciário). Também foram sugeridos aumentos no auxílio-saúde (de R\$ 321 para R\$ 484,90) e no auxílio-creche (de R\$ 215 para R\$ 321).

O MGI ressalta que, como o aumento incide sobre benefícios e não sobre os salários em si, o impacto é mais significativo para aqueles que recebem menos. Conforme o governo, o reajuste salarial viria apenas em 2025, num

cronograma parcelado que somaria 18% de recomposição, mesmo percentual dado aos servidores do Legislativo e Judiciário. O governo considera os 9% já vigentes desde maio de 2023, mais duas parcelas de 4,5% em 2025 e outra no mesmo percentual em 2026.

Reação

A Condsef e seus sindicatos de base, porém discordam das posições do governo, alegando que a medida ignora as perdas salariais acumuladas nos últimos anos, estimadas em até 53,17%. Além disso, apesar de considerarem haver avanços nos reajustes dos auxílios para alimentação e creche, ressaltam que a medida é discriminatória, pois valerá apenas para servidores ativos, deixando de fora os aposentados e pensionistas, que são maioria na base dos servidores.

O Sindsep-AM apoia o aumento dos benefícios, mas destaca a importância de incluir aqueles que dedicaram décadas de trabalho e não estão mais em atividade laboral.

“A proposta é ridícula, insana, pois só aumenta benefícios que não atendem a todos os servidores. Muitos, aliás, nem têm plano de saúde, porque são caros e ineficientes. O nivelamento do auxílio-alimentação é uma vitória importante, porque é uma luta antiga dos servidores. O que não podemos ignorar é o fato da mudança alcançar apenas trabalhadores da ativa, deixando de fora aposentados e pensionistas”, comenta o secretário-geral do Sindsep-AM.

Matos defende que o governo deveria criar um plano de saúde para os servidores ou aumentar a per capita para pelo menos R\$ 2,5 mil, que é o custo dos planos de saúde.

O dirigente do Sindsep-AM não aceita que os servidores do Executivo sejam tratados de forma diferente dos demais poderes, e que vai lutar por um reajuste salarial justo e digno para todos.

CONGRESSO REFORÇA LUTA SINDICAL E IMPORTÂNCIA DE CONVENÇÃO COLETIVA



Os secretários Walter Matos (Geral) e Margareth Buzaglo (Comunicação) durante ato em frente ao MGI, em Brasília

O debate sobre as perdas salariais ocorre há seis anos, mas ganhou maior espaço durante o último ano e foi um dos destaques no XIV Congresso da Condsef/Fenadsef, realizado entre os dias 14 e 17 de dezembro, em Brasília (DF). Trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal, além de discutir pautas importantes da categoria e definir seus planos de luta, aproveitaram a ocasião para realizar atos presenciais na capital do país em favor da recomposição salarial. Um deles, em frente à sede do MGI, convocado pelo Sindsep-DF, com apoio da Condsef. Todos os 700 delegados do Congresso participaram.

O secretário geral do Sindsep-AM, Walter Matos, se fez presente no ato, acompanhado da delegação do Amazonas, que participou integralmente. “Temos de pressionar o governo. Só assim ele vai mudar de posição e nos dar um reajuste justo. Como é que temos dinheiro em caixa para pagar R\$ 53 bilhões em emendas parlamentares e não temos para recompor as perdas do serviço público? Reajuste salarial é investimento, não gasto. O Lula sabe disso”, pontua o sindicalista.

A luta continua nos próximos meses com a realização da Marcha a Brasília, marcada para março de 2024, ainda sem data definida. Além de pressionar o governo por reajuste salarial, os servidores colocarão em pauta a exigência de revogação da reforma trabalhista, a não

terceirização no serviço público e a derrubada da PEC 32 (reforma administrativa). A data-base para 1º de maio e a aprovação da necessidade de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com base no que diz a convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito à convenção coletiva para servidores municipais, estaduais e federais.

“Esperamos que saia logo o Projeto de Lei da CCT, conforme a convenção 151 da OIT. Isso é muito importante, porque vai dar aos servidores uma ferramenta para negociar suas pautas. Além disso, a convenção vai atrair mais filiados, já que os servidores é que vão decidir sobre as pautas da CCT”, defende o secretário-geral.

CONGRESSO SEDIU ELEIÇÃO PARA DIREÇÃO DA CONDSEF

Durante o evento, houve ainda o processo que reelegeu o nome de Walter Matos para a direção nacional da Condsef. Além dele, foram eleitos o secretário de Formação Política do Sindsep-AM, Gleig Corrêa, que vai para o departamento de Ciência e Tecnologia; e a secretária de Comunicação, Margareth Buzaglo, para o departamento de Agricultura e Reforma Agrária (Dara).

CONAB APROVA ACT 23/24 EM AVANÇO HISTÓRICO



Trabalhadoras e trabalhadores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Amazonas aprovaram, em 19 de dezembro, por unanimidade, com adendo de adição e supressão, a proposta da Conab para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com vigência para 2023/2024. Por orientação das entidades nacionais (Asnab, Fenadsef e Fisenge), foram realizadas assembleias com empregados da empresa em todo o país ao longo do mês passado. A assembleia em Manaus foi organizada pelo Sindsep-AM, representado pelo secretário-geral, Walter Matos, e o secretário de finanças, Menandro Sodré, e pela Asnab, representada pelo diretor Francisco Ferreira. Compuseram ainda a mesa Glória da Cruz e Arianne Libório, ambas da Conab.

Dentre as cláusulas em destaque estão o reajuste de 3,65%, garantido no ACT, e que se soma aos 18,42% já vigentes desde o primeiro semestre deste ano, e o aumento de 25% nos auxílios para alimentação e creche. Há, ainda, uma série de alterações consideradas positivas nas cláusulas não econômicas.

Outra cláusula comemorada pelos trabalhadores é a que reduz para 6h a jornada de trabalho de mulheres que tenham filhos com até dois anos e para trabalhadores, independente do gênero, que tenham dependentes com necessidades especiais, decorrentes de deficiências que comprometam consideravelmente os desenvolvimentos das Atividades da Vida Diária (AVD). Um deles é o Transtorno de Espectro Autista (TEA).